

SUZANO HOLDING S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 60.651.809/0001-05SUZANO
Holding

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: <https://estadaor1.estadao.com.br/publicacoes/>; <http://www.suzanoholding.com.br/investidores/>; <https://www.rad.cvm.gov.br/ENET/frmConsultaExternaCVM.aspx?tipoconsulta=CVM&codigoCVM=9067>; https://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/empresas-listadas.htm.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Aos Senhores

Administradores e Acionistas,

O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva da Suzano Holding S.A. submetem à apreciação de V. Sas, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Considerando que o patrimônio líquido da Suzano Holding S.A. está quase que exclusivamente investido na controlada Suzano S.A., suas demonstrações contábeis refletem substancialmente essa participação. As informações relativas ao desempenho da Suzano S.A. estão detalhadas no Relatório da Administração dessa controlada.

RESULTADOS

O lucro da Suzano Holding S.A. no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 3.989.587 mil, em comparação ao prejuízo de R\$ 2.111.606 mil apurado no exercício anterior. O principal fator que contribuiu para o lucro do exercício, e para o prejuízo do exercício anterior, foi o resultado da equivalência patrimonial apurado sobre o investimento detido na controlada Suzano S.A.

(em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Equivalência patrimonial	3.989.641	(2.037.585)
Despesas operacionais, líquidas	(7.329)	(6.348)
Resultado financeiro líquido	7.464	(64.514)
Imposto de renda e contribuição social	(189)	(3.159)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	3.989.587	(2.111.606)

(em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Abertura da equivalência patrimonial por controlada	3.989.768	(2.039.673)
Suzano S.A.	(127)	2.088
Premesa S.A.	3.989.641	(2.037.585)

Auditoria e controles internos

Os auditores externos apresentam suas avaliações sobre resultados, práticas contábeis e controles internos diretamente aos membros do Conselho de Administração. Em atendimento à Instrução CVM 480/09, a Companhia declara que não houve nenhum serviço prestado pelo Auditor Independente no exercício de 2025, que não seja de auditoria externa.

BALANÇO PATRIMONIAL (Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	15.206.854	9.067.796	21.397	43.056
Aplicações financeiras	9.932.774	12.971.547		
Contas a receber de clientes	6.560.607	9.132.860		
Estoques	8.155.847	7.962.324		
Juros sobre capital próprio e dividendos a receber			412.145	630.367
Tributos a recuperar	1.556.466	1.223.271	10.015	113.635
Instrumentos financeiros derivativos	1.556.978	1.006.427		
Outros ativos	935.054	981.947	231	471
Total do ativo circulante	43.904.580	42.346.172	443.788	787.529
Não Circulante				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.505.303	7.985.402	1.274	1.373
Instrumentos financeiros derivativos	8.014.683	2.880.673		
Outros ativos	4.659.615	4.719.539	4.874	27
Ativos biológicos	26.097.164	22.283.001		
Investimentos	1.196.556	1.818.610	13.034.508	9.584.392
Imobilizado	64.296.654	64.986.556	463	511
Direito de uso	5.334.722	5.184.467	2.933	3.776
Intangível	12.970.692	13.902.303		
Total do ativo não circulante	124.075.389	123.760.551	13.044.052	9.590.079
Total do Ativo	167.979.969	166.106.723	13.487.840	10.377.608
Passivo				
Circulante				
Fornecedores	5.141.386	6.033.285		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	3.004.905	10.501.387		
Instrumentos financeiros derivativos	1.205.029	2.760.273		
Tributos a recolher	458.454	532.049	186	168.243
Salários e encargos sociais	1.136.563	1.237.411	3.743	4.344
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	1.391.448	2.129.278	410.472	558.728
Outros passivos	1.439.075	1.386.822	1.436	1.444
Total do passivo circulante	13.776.860	24.580.505	415.837	732.759
Não Circulante				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	91.796.352	90.934.144		
Contas a pagar de arrendamento	6.074.338	6.103.889	2.258	3.202
Instrumentos financeiros derivativos	8.136.320	7.694.547		
Provisão para passivos judiciais	2.801.738	2.926.750		
Dividendos a pagar	1.340.824		1.340.824	
Outros passivos	1.404.770	1.387.329	785	865
Total do passivo não circulante	111.554.342	109.046.659	1.343.867	4.067
Total do Passivo	125.331.202	133.627.164	1.759.704	736.826
Patrimônio Líquido				
Capital social	7.785.522	5.775.670	7.785.522	5.775.670
Reservas de capital	23.525	23.525	23.525	23.525
Reservas de lucro	3.959.775	3.720.278	3.959.775	3.720.278
Ajuste de avaliação patrimonial	(40.686)	121.309	(40.686)	121.309
Participações de acionistas não controladores	30.920.631	22.838.777		
Total do patrimônio líquido	42.648.767	32.479.559	11.728.136	9.640.782
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	167.979.969	166.106.723	13.487.840	10.377.608

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM (Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita Líquida	50.116.256	47.405.389		
Custo dos produtos vendidos	(33.890.317)	(27.402.515)		
Lucro Bruto	16.225.939	20.002.874		
Receitas (Despesas) Operacionais				
Vendas	(3.312.740)	(2.938.547)		
Gerais e administrativas	(2.792.004)	(2.627.134)	(7.359)	(6.348)
Resultado da equivalência patrimonial	(409.265)	(13.924)	3.989.641	(2.037.585)
Outras, líquidas	934.970	1.262.955	30	
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro	10.646.900	15.686.224	3.982.312	(2.043.933)
Resultado Financeiro	9.770.550	(28.841.246)	7.464	(64.514)
Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	20.417.450	(13.155.022)	3.989.776	(2.108.447)
Imposto de renda e contribuição social	(6.973.678)	6.062.767	(189)	(3.159)
Resultado Líquido do Exercício	13.443.772	(7.092.255)	3.989.587	(2.111.606)
Atribuível a acionistas				
Não controladores	9.454.185	(4.980.649)		
Controladores	3.989.587	(2.111.606)	3.989.587	(2.111.606)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - EXERCÍCIOS FINDOS EM (Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Resultado líquido do exercício	13.443.772	(7.092.255)	3.989.587	(2.111.606)
Outros resultados abrangentes				
Itens sem efeitos subsequentes no resultado	(214.857)	(273.047)	(63.802)	(81.217)
Itens com efeitos subsequentes no resultado	(129.061)	163.185	(38.325)	48.539
Total	13.099.854	(7.202.117)	3.887.460	(2.144.284)
Atribuível a acionistas				
Não controladores	9.212.394	(5.057.833)		
Controladores	3.887.460	(2.144.284)	3.887.460	(2.144.284)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM (Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	18.088.228	20.567.711	(63.774)	(38.088)
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades de investimentos	(9.832.795)	(20.512.761)	630.346	368.427
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(1.777.489)	(44.328)	(588.231)	(324.017)
Efeito da variação cambial em Caixa e equivalentes de caixa	(338.886)	665.026		
Acréscimo (decréscimo) líquido no caixa e equivalentes de caixa	6.139.058	675.648	(21.659)	6.322
No início do exercício	9.067.796	8.392.148	43.056	36.734
No final do exercício	15.206.854	9.067.796	21.397	43.056
Acréscimo (decréscimo) líquido caixa e equivalentes de caixa	6.139.058	675.648	(21.659)	6.322

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM (Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
1 - Receitas	58.127.510	59.197.990	42	6
2 - Insumos adquiridos de terceiros	(30.039.868)	(29.055.194)	(1.064)	(838)
3 - Valor adicionado bruto (1-2)	28.087.642	30.142.796	(1.022)	(832)
4 - Depreciação, exaustão e amortização	(11.298.347)	(9.225.034)	(1.088)	(1.038)
5 - Valor adicionado líquido (3-4)	16.789.295	20.917.762	(2.110)	(1.870)
6 - Valor adicionado recebido em transferência	14.670.496	15.070.744	3.997.897	(2.032.810)
7 - Valor adicionado para distribuição Pessoal	31.459.791	35.988.506	3.995.787	(2.034.680)
Impostos, taxas e contribuições	527.486	1.808.360	1.492	72.614
Remuneração de capitais de terceiros	11.942.482	36.584.539	603	671
Remuneração de capitais próprios	13.443.772	(7.092.255)	3.989.587	(2.111.606)
8 - Distribuição do valor adicionado	31.459.791	35.988.506	3.995.787	(2.034.680)

continua ->

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM (Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Resultado do exercício	Total patrimônio líquido	Acionistas Não controladores	Patrimônio líquido consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2023	4.775.670	23.525	7.462.497	532.128		12.793.820	32.067.892	44.861.712
Resultado abrangente total								
Prejuízo do exercício					(2.111.606)	(2.111.606)	(4.980.649)	(7.092.255)
Resultado abrangente do exercício reflexa da controlada				(32.678)		(32.678)	(77.184)	(109.862)
Perda apurada na recompra de ações pela controlada				(351.427)		(351.427)	(2.455.336)	(2.806.763)
Transações de capital com os sócios								
Reversão de dividendos prescritos							914	914
Opções de ações outorgadas reconhecidas por controlada							57.306	57.306
Participação dos não controladores proveniente de combinação de negócio							(15.716)	(15.716)
Juros sobre capital próprio					(657.327)	(657.327)	(1.758.393)	(2.415.720)
Dividendos complementares de controlada							(57)	(57)
Mutações internas do patrimônio líquido								
Aumento de capital com reservas	1.000.000		(1.000.000)					
Constituição de reservas			95.421		(95.421)			
Absorção de prejuízos			(2.837.640)		2.837.640			
Realização do ajuste de avaliação patrimonial de controlada				(26.714)	26.714			
Saldos em 31 de dezembro de 2024	5.775.670	23.525	3.720.278	121.309		9.640.782	22.838.777	32.479.559
Resultado abrangente total								
Lucro do exercício					3.989.587	3.989.587	9.454.185	13.443.772
Resultado abrangente do exercício reflexa da controlada				(102.127)		(102.127)	(241.791)	(343.918)
Perda apurada na recompra de ações pela controlada				(20.811)		(20.811)	(151.135)	(171.946)
Transações de capital com os sócios								
Reversão de dividendos prescritos							399	399
Dividendos antecipados					(438.471)	(438.471)		(438.471)
Dividendos de longo prazo			(1.340.824)			(1.340.824)		(1.340.824)
Opções de ações outorgadas reconhecidas pela controlada							14.416	14.416
Redução de capital de controlada								

SUZANO HOLDING S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 60.651.809/0001-05

SUZANO

Holding

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC® Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC® Interpretations), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais são consistentes com as utilizadas pela Administração em sua gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia estão expressas em milhares de Reais ("R\$") e as divulgações de montantes em outras moedas, quando necessário, também foram efetuadas em milhares, exceto se expresso de outra forma. A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas, que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, incluindo a divulgação dos passivos contingentes assumidos. Contudo, a incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos e passivos em exercícios futuros. As práticas contábeis que requerem maior nível de julgamento e complexidade, bem como para as quais estimativas e premissas são significativas. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de terrenos e edificações na data de transição para as normas contábeis IFRS e CPCs, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: (i) instrumentos financeiros derivativos e não derivativos mensurados pelo valor justo; (ii) pagamentos baseados em ações e benefícios a empregados mensurados pelo valor justo; e (iii) ativos biológicos mensurados pelo valor justo. As principais políticas contábeis materiais aplicadas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão divulgadas na nota 3. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas considerando a continuidade de suas atividades operacionais.

2.1 Representação das cifras comparativas: Em 31 de dezembro de 2025, o ganho de variação no valor justo de ativos biológicos da Suzano no montante de R\$ 1.516.458 (R\$ 1.431.530 em 31 de dezembro de 2024) passou a ser apresentado em "Outras receitas" no grupo de Receitas na DVA ao invés de ser apresentada em "Materiais, energia, serviços de terceiros e outros" no grupo de Insumos Adquiridos de Terceiros e portanto, as cifras comparativas foram reapresentadas. **3. Resumo das políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas, consistentes com aquelas utilizadas na controladora. Não houve mudança de qualquer natureza em relação a tais políticas e métodos de cálculos de estimativas, exceto pelas novas políticas contábeis apresentadas na nota 3.1, adotadas a partir de 1º de janeiro de 2025.

3.1. Novas políticas contábeis e mudanças nas políticas contábeis: As novas normas e interpretações emitidas, até a emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, estão descritas a seguir. **3.1.1 Alterações do CPC 02 (R2) / IAS 21: Ausência de permutabilidade (aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2025):** As alterações criaram requerimentos para que a entidade aplique uma abordagem consistente para avaliar se uma moeda é permutável por outra moeda e, quando não for, para determinar a taxa de câmbio apropriada a utilizar e as divulgações a serem realizadas. Nesse contexto, a permutabilidade é tida como inexistente quando, para um determinado fim, a entidade não consegue obter mais do que uma quantidade insignificante de moeda estrangeira. Para tal, a entidade avalia: (i) a tempestividade para se obter moeda estrangeira; (ii) a habilidade prática (e não intenção) de obter moeda estrangeira; e (iii) os mercados ou mecanismos de troca disponíveis que criam direitos e obrigações executáveis. A Companhia e a Suzano avaliaram o conteúdo deste pronunciamento e não identificaram impactos. **3.2 Políticas contábeis adotadas:** As normas e interpretações emitidas, até a emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, estão descritas a seguir. **3.2.1 Demonstrações financeiras:** **3.2.1.1 Demonstrações financeiras individuais:** Os investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, cujo investimento é reconhecido inicialmente pelo custo de aquisição e, posteriormente ajustado pelas alterações dos ativos líquidos das investidas. Os investimentos em operações controladas em conjunto são reconhecidos proporcionalmente em relação à participação na operação em conjunto. Adicionalmente, o valor contábil do investimento em controlada é ajustado pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldo dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial das controladas, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido da controladora. **3.2.1.2 Demonstrações financeiras consolidadas:** São elaboradas utilizando informações da Suzano na mesma data-base, exceto a controlada Suzano Packaging e as coligadas Biomas e Simplifyber que possuem defasagem inferior a três meses em relação à data-base das referidas demonstrações financeiras, conforme as disposições do CPC 18/IAS 28. A Suzano avalia os efeitos da defasagem e reflete os impactos de eventos relevantes no resultado consolidado. Em 31 de dezembro de 2025, não foram identificadas operações significativas que alterem a posição financeira reportada nos relatórios financeiros. Em 31 de dezembro de 2025, a Suzano possuía o investimento na coligada Spinnova, no montante de R\$54.393, representando 18,76% do patrimônio líquido da referida coligada. Até a data de emissão deste relatório, as últimas demonstrações financeiras publicadas para esse investimento apresentavam defasagem superior a três meses. Nessas circunstâncias, o investimento é mensurado com base na última informação disponível, sendo realizados os ajustes necessários em decorrência dos efeitos de transações e eventos significativos, os quais não têm efeito relevante sobre o resultado consolidado. A Suzano consolida todas as controladas sobre as quais detém o controle de forma direta ou indireta, isto é, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu investimento com a investida e tem a capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. Quando aplicável, a participação dos acionistas não controladores é destacada. Adicionalmente, todas as transações e saldos entre a Companhia e suas controladas, coligadas e operações em conjunto foram eliminados na consolidação, bem como os lucros ou prejuízos não realizados decorrentes destas transações, líquidos dos efeitos tributários, os investimentos e os respectivos resultados de equivalência patrimonial. **3.2.1.3 Demonstração do valor adicionado ("DVA"):** A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado ("DVA"), individual e consolidada, como parte integrante das demonstrações financeiras, sendo requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com os critérios definidos no CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. As normas contábeis IFRS não requerem a apresentação destas demonstrações e, portanto, são consideradas informações suplementares, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. Adicionalmente, a Companhia adota como política contábil demonstrar o efeito do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos dentro do grupo de valor adicionado para distribuição.

3.2.2 Investimentos: **3.2.2.1 Investimentos em controladas:** São todas as entidades cujas atividades financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Companhia e nas quais normalmente há uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As entidades controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é obtido até a data em que esse controle deixa de existir. **3.2.2.2 Investimentos em operações em conjunto:** São todas entidades nas quais a Companhia mantém o compartilhamento do controle, contratualmente estabelecido, sobre sua atividade econômica e que existe somente quando as decisões estratégicas, financeiras e operacionais relativas à atividade exigirem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle. Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, os saldos dos ativos, passivos, receitas e despesas são reconhecidos proporcionalmente em relação à participação na operação em conjunto. **3.2.2.3 Investimentos em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto:** Nos investimentos em coligadas, a Companhia exerce influência significativa, que é o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas. Nos empreendimentos controlados em conjunto há o compartilhamento, contratualmente convencionado, do controle de negócio, no qual as decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle. São reconhecidos inicialmente pelo seu custo e, posteriormente, ajustados pelo método da equivalência patrimonial, sendo acrescido ou reduzido da sua participação no resultado da investida após a data de aquisição. **3.2.2.4 Combinações de negócios:** São contabilizadas com a utilização do método de aquisição quando há transferência de controle para o adquirente. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócios, o adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou instrumentos de patrimônio os quais são apresentados como redutores da dívida ou no patrimônio líquido, respectivamente. Na combinação de negócios, são avaliados os ativos adquiridos e passivos assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. Inicialmente, o ágio por expectativa de

rentabilidade futura (goodwill) é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis e passivos assumidos, líquidos). Após o reconhecimento inicial, o ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) é mensurado pelo custo deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa que serão beneficiadas pela aquisição. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos. Passivos contingentes relacionados a assuntos de natureza tributária, civil e trabalhista, classificados na adquirida como risco de perda possível e remoto, são reconhecidos na adquirente, pelos seus valores justos. As transações de aquisição de investimentos em coligadas e com controle compartilhado são avaliadas conforme aplicam-se as orientações complementares do CPC 15/IFRS 3 - Combinação de Negócios, CPC 19/IFRS 11 - Negócios em Conjunto e CPC 18/IAS 28 - Investimentos em Coligadas, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto para avaliação dos critérios de reconhecimento inicial. Para os investimentos definidos com base no método da equivalência patrimonial, o investimento é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da adquirente no patrimônio líquido da adquirida a partir da data de aquisição. Nas demonstrações financeiras individuais, o ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) é mensurado e segregado do valor contábil do investimento. Outros ativos intangíveis identificados na transação deverão ser alocados proporcionalmente à participação adquirida pela Companhia, pela diferença entre os valores contábeis registrados na entidade negociada e seu valor justo apurado (mais-valia dos ativos), os quais são passíveis de serem amortizados. O excesso de valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos em relação ao patrimônio líquido na data da aquisição das controladas permanece registrado na conta de investimento na rubrica de mais-valia de ativos de controladas. **3.2.3 Conversão das demonstrações para moeda funcional e de apresentação:** A Companhia definiu que, para a controladora e todas as suas controladas, a moeda funcional e de apresentação é o Real. As controladas que são exceções e não possuem moeda funcional Real são: • Suzano Packaging, controlada no exterior cuja moeda funcional é o Dólar; • Simplifyber, coligada no exterior, cuja moeda funcional é o Dólar; • Spinnova, coligada no exterior cuja moeda funcional é o Euro. Os efeitos acumulados de ganho ou perda na conversão das demonstrações financeiras são registrados em outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido. As demonstrações financeiras individuais de cada controlada, incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, são preparadas na moeda local em que a controlada opera e convertidas para a moeda funcional e de apresentação da Companhia. **3.2.4 Transações e saldos em moeda estrangeira:** São convertidas adotando-se os seguintes critérios: (i) ativos e passivos monetários convertidos pela taxa de câmbio do final do exercício; (ii) ativos e passivos não monetários convertidos pela taxa histórica da transação; (iii) receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média das taxas diárias (PTAX); e (iv) os efeitos acumulados de ganho ou perda na conversão dos itens acima são registrados no resultado financeiro do exercício. A variação cambial decorrente da conversão de investimento em moeda estrangeira, anteriormente reconhecida em outros resultados abrangentes, somente será transferida do patrimônio líquido para a demonstração do resultado no momento da baixa da operação. A baixa total ou parcial de participação em subsidiária no exterior ocorre na venda ou encerramento de toda ou parte da operação. **3.2.5 Informação por segmento:** Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio para obter receitas e incorrer despesas. Os segmentos operacionais refletem a forma como a Administração da Companhia revisa as informações financeiras para tomada de decisão. A Administração da Companhia identificou os segmentos operacionais, que atendem aos parâmetros quantitativos e qualitativos de divulgação, conforme o modelo de gestão vigente. Os segmentos operacionais definidos pela Administração são os seguintes: Celulose: compreende a produção e comercialização de celulose de eucalipto de fibra curta e fluff principalmente para abastecer o mercado externo. Papel: compreende a produção e venda de papel para atender às demandas dos mercados interno e externo. As vendas de bens de consumo (tissue) estão classificadas nesse segmento devido a sua imaterialidade. **3.2.6 Instrumentos financeiros:** **3.2.6.1 Classificação:** Os instrumentos financeiros são classificados com base nas características individuais e no modelo de gestão do instrumento ou da carteira em que está contido, cujas categorias de mensuração e apresentação são: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio do resultado abrangente; e (iii) valor justo por meio do resultado. As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, ou seja, na data em que a Companhia e suas controladas se comprometem a comprar ou vender o ativo. Os instrumentos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou sido transferidos, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. **3.2.6.1.1 Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado:** São instrumentos financeiros mantidos pela Companhia e suas controladas (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. São reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva e ajustadas pelas variações monetárias e cambiais incorridas, quando aplicável. Suas variações são reconhecidas na rubrica de resultado financeiro, líquido. Anualmente, a Companhia e suas controladas avaliam se há evidência de que o ativo financeiro possa estar sujeito à perda por redução ao valor recuperável (impairment), sendo que é registrada, somente, após a verificação do resultado de um ou mais eventos ocorridos posteriormente ao reconhecimento inicial e se impactar nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro que possa ser estimado de maneira confiável. Os critérios utilizados para determinar se há evidência de perda por redução ao valor recuperável (impairment) incluem: (i) dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador; (ii) evento de default no contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; (iii) quando a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não receberia; (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; e (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira. O montante da perda por redução ao valor recuperável (impairment) é mensurado pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juros original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo financeiro é reduzido e o valor da perda por redução ao valor recuperável (impairment) é reconhecido na demonstração de resultado. Em mensuração subsequente, havendo uma melhora na classificação do ativo, como por exemplo, melhoria no nível de crédito do devedor, a perda por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecida anteriormente deve ser revertida na demonstração do resultado. **Caixa e equivalentes de Caixa:** Compreende os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata, cujos vencimentos originais, na data da aquisição, eram iguais ou inferiores a 90 dias, prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. **Contas a receber de clientes:** Correspondem aos valores originados pelas transações de venda, registrados pelo valor nominal faturado na data da venda, no curso normal das atividades da Suzano. A Suzano utiliza a matriz de provisões por vencimento com o agrupamento apropriado de sua carteira. Quando necessário, com base em análise individual, a provisão para perda esperada é complementada. A posição de vencimentos da carteira de clientes é analisada mensalmente e, para os clientes que apresentam saldos vencidos é efetuada uma avaliação específica de cada um, considerando o risco de perda envolvido, a existência de seguros contratados, cartas de crédito, garantias reais e situação financeira. Em caso de inadimplência, esforços de cobrança são efetuados, por meio de contatos diretos com os clientes e cobrança por meio de terceiros. Caso esses esforços não sejam suficientes, medidas judiciais são consideradas e é registrada uma perda de crédito esperada em contrapartida à rubrica despesas com vendas na demonstração de resultado. Os títulos são baixados contra a provisão, à medida que a Administração considera que estes não são mais recuperáveis após ter tomado todas as medidas cabíveis para recebê-los. **Fornecedores e operações de risco sacado:** Corresponde às obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades da Suzano. As operações de risco sacado são disponibilizadas para que os fornecedores adiantem recebíveis relacionados às compras de rotina da Suzano. Nesta operação, as instituições financeiras pagam os fornecedores que optaram pelo recebimento antecipado em troca de um desconto e, quando contratado entre as instituições financeiras e os fornecedores (a decisão de aderir a esta transação é exclusiva dos fornecedores), a Suzano paga às instituições financeiras na data de pagamento original o valor nominal total da obrigação originária. Portanto, estas operações não alteram os valores, natureza e tempestividade do passivo (incluindo prazos, preços e condições previamente acordadas) e não afeta a Suzano com os encargos financeiros praticados pelas instituições financeiras. Adicionalmente, os pagamentos realizados pela Suzano são

diretamente relacionados às faturas dos fornecedores e não alteram os fluxos de caixa. Dessa forma, a Suzano continua reconhecendo os fornecedores que optaram pelo risco sacado nas atividades operacionais nas demonstrações dos fluxos de caixa. **Empréstimos, financiamentos e debêntures:** Os custos de empréstimos e financiamentos que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável de acordo com a política da Suzano são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que resultará em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. A Suzano não possui empréstimos específicos para obtenção de ativos qualificáveis. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. **3.2.6.1.2 Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente:** São instrumentos financeiros mantidos pela Suzano (i) tanto para o recebimento de seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Adicionalmente, são classificados nessa categoria os investimentos em instrumentos patrimoniais, no qual no reconhecimento inicial, a Suzano optou por apresentar as alterações subsequentes do seu valor justo em outros resultados abrangentes. Suas variações são reconhecidas na rubrica do resultado financeiro, líquido, exceto pelo valor justo dos investimentos em instrumentos patrimoniais, que são reconhecidos em outros resultados abrangentes. Para tais ativos financeiros, a Suzano avalia periodicamente reduções relevantes ou prolongadas no valor justo do título abaixo de seu custo, com o objetivo de identificar potencial deterioração e a perda por redução ao valor recuperável, mensurada pela diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda reconhecida anteriormente em outros resultados abrangentes. **3.2.6.1.3 Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** São classificados nessa categoria, os instrumentos financeiros que não sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Suas variações são reconhecidas na rubrica de resultado financeiro, líquido, para instrumentos financeiros não derivativos e na rubrica resultado dos instrumentos financeiros derivativos, para os instrumentos financeiros derivativos. **Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge:** Os instrumentos de hedge são derivativos contratados exclusivamente visando proteção dos riscos financeiros da Suzano. Os instrumentos financeiros derivativos embutidos em contratos principais, não derivativos, são tratados como um derivativo separado quando seus riscos e características não estiverem intrinsecamente relacionados aos dos contratos principais e estes não forem mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Para os instrumentos financeiros derivativos embutidos que não possuam característica de opções, estes são separados do seu contrato principal de acordo com os seus termos substantivos expressos ou implícitos, para que o valor justo seja zero no reconhecimento inicial. **3.2.7 Estoques:** São avaliados ao custo médio de aquisição ou formação dos produtos acabados, líquido dos tributos recuperáveis e seu valor líquido de realização. O custo dos produtos acabados e em elaboração inclui matérias-primas, mão-de-obra, custo de produção, transporte e armazenagem e despesas gerais de produção, que estão relacionados a todos os processos necessários para a colocação dos produtos em condições de venda. As importações em andamento são apresentadas pelo custo incorrido até a data do balanço. O custo da madeira transferida da rubrica de ativos biológicos para estoques é mensurado ao valor justo mais os gastos com colheitas e frete. Provisões para perda, ajustes a valor líquido de realização, itens deteriorados e estoques de baixa movimentação são registrados quando necessário. As perdas normais de produção integram o custo de produção do respectivo mês, enquanto as perdas anormais, se houver, são registradas diretamente na rubrica de custo dos produtos vendidos sem transitar pelos estoques. **3.2.8 Ativos biológicos:** Os ativos biológicos para produção (florestas maduras e imaturas) são florestas de eucalipto de reflorestamento, com ciclo de formação entre o plantio e a colheita de 6 (seis) a 7 (sete) anos, mensurados ao valor justo menos as despesas de vendas. A exaustão é mensurada pela quantidade de ativo biológico exaurido (colhido) e avaliado ao seu valor justo no momento da sua colheita. Para a determinação do valor justo, foi aplicada a técnica da abordagem de receita ("income approach") utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado, de acordo com o ciclo de produtividade projetado para estes ativos. As premissas utilizadas na mensuração do valor justo são revistas semestralmente, pois a Suzano considera que esse intervalo é suficiente para que não haja defasagem significativa do saldo de valor justo dos ativos biológicos registrado contabilmente. O ganho ou perda na avaliação do valor justo é reconhecido na rubrica receitas (despesas) operacionais, líquidas. Os ativos biológicos em formação com idade inferior a 2 (dois) anos são mantidos contabilmente pelo seu custo de formação. As áreas de preservação ambiental permanente não são registradas contabilmente, por não se caracterizarem como ativos biológicos, e não são incluídos na mensuração ao valor justo. **3.2.9 Imobilizado:** Mensurado pelo custo de aquisição, formação, construção ou restauração, líquido dos impostos recuperáveis. Este custo é deduzido da depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável, que é o maior valor entre o de uso e o de venda, menos os custos de venda. Os custos de empréstimos e financiamentos são registrados como parte dos custos do imobilizado em andamento, considerando a taxa média ponderada, ajustada pela equalização dos efeitos cambiais, de empréstimos e financiamentos, vigente na data da capitalização de acordo com a política da Suzano. A depreciação é reconhecida com base na vida útil econômica estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente. Os terrenos não sofrem depreciação. A Companhia e suas controladas realizam anualmente a análise de indícios de perda no valor recuperável (impairment) do ativo imobilizado. A provisão para perda ao valor recuperável do ativo imobilizado somente é reconhecida se a unidade geradora de caixa ("UGC") à qual o ativo está relacionado sofrer perda por desvalorização. Essa condição também se aplica mesmo se o valor recuperável do ativo for menor do que seu valor contábil. O valor recuperável do ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo líquido de despesas de vendas. O custo das principais reformas é capitalizado quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o desempenho inicialmente estimado para o ativo e são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado. Os demais custos com reparos e manutenção são apropriados ao resultado quando incorridos. Os ganhos e as perdas em alienações de ativos imobilizados são mensurados pela comparação do valor da venda e o valor contábil residual e são reconhecidos na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais, líquidas na data de alienação. **3.2.10 Arrendamento:** Um contrato é ou contém um arrendamento se por meio dele é transferido o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação, para o qual é necessário avaliar se: (i) o contrato envolve o uso de um ativo identificado, que pode estar explícito ou implícito, e pode ser fisicamente distinto ou representar substancialmente toda a capacidade de um ativo fisicamente distinto. Se o fornecedor tiver o direito substancial de substituir o ativo, então o ativo não é identificado; (ii) a Companhia e suas controladas têm o direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos do uso do ativo durante o período do contrato; e (iii) a Companhia e suas controladas têm o direito de direcionar o uso do ativo. A Companhia e suas controladas têm o direito de tomada de decisão para alterar como e para qual finalidade o ativo é usado, se: • tem o direito de operar o ativo, ou • projeto o ativo, de forma que predetermina como e para qual finalidade será usado. No início do contrato, a Companhia e suas controladas reconhecem um ativo com direito de uso e um passivo de arrendamento que representa a obrigação de efetuar os pagamentos relacionados ao ativo subjacente do arrendamento. O ativo de direito de uso é inicialmente mensurado pelo custo e compreende o montante inicial do passivo de arrendamento ajustado por qualquer pagamento efetuado até a data de início do contrato, adicionado de qualquer custo direto inicial incorrido e estimativa de custo de desmontagem, remoção, restauração do ativo no local onde está localizado, menos qualquer incentivo recebido. O ativo de direito de uso é depreciado subsequentemente usando o método linear desde a data de início até o término do prazo do arrendamento. Com exceção aos contratos de terrenos que são prorrogados automaticamente por igual período por meio de notificação ao arrendador, para os demais não são permitidas renovações automáticas e por prazo indeterminado, assim como o exercício da extinção contratual é um direito de ambas as partes. O passivo de arrendamento bruto de PIS/COFINS é inicialmente mensurado pelo valor presente, descontado com base na taxa nominal de empréstimo incremental. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando existir mudança: (i) nos pagamentos futuros decorrentes de uma mudança em índice ou taxa; (ii) na estimativa do montante esperado a ser pago no valor residual garantido; ou (iii) na avaliação se a Companhia e suas controladas exerceram a opção de compra, prorrogação ou rescisão. Quando o passivo de arrendamento é remensurado, o valor do ajuste correspondente é registrado no valor contábil do ativo de direito de uso ou no resultado, se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A Companhia e suas controladas não possuem contratos de arrendamento com cláusulas de: (i) pagamentos variáveis que sejam baseados na performance dos ativos arrendados; (ii) garantia de valor residual; e (iii) restrições, como por exemplo, obrigação de manter coeficientes financeiros. Os contratos de baixo valor ou de curto prazo, enquadrados na isenção da norma, cujos valores individuais dos ativos são inferiores a US\$ 5 ou com prazo de vencimento inferior a 12 meses, são reconhecidos no resultado quando incorridos. **3.2.11 Intangível:** Os ativos intangíveis adquiridos

continua →

SUZANO HOLDING S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 60.651.809/0001-05

SUZANO

Holding

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

são mensurados ao custo no momento do reconhecimento inicial, o qual corresponde ao seu valor justo na data da aquisição. No caso de ativos intangíveis obtidos em uma combinação de negócios, o custo é determinado pelo valor justo apurado na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável (impairment) sempre que houver indicio de perda de seu valor econômico. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo a final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa relacionada ao seu uso e consistente com a vida útil econômica do ativo intangível. As amortizações de contrato de fornecedores e serviços portuários, concessão de portos, contratos de arrendamento e cultivares são registrados no custo das vendas, a amortização com relacionamento com clientes nas despesas comerciais, amortizações de marcas e patentes, acordo de não competição, acordo de pesquisa e desenvolvimento e implantação de sistemas nas despesas administrativas, enquanto que as amortizações de softwares são registradas de acordo com a sua utilização, podendo ser custo das vendas, despesas administrativas ou comerciais. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação às perdas por redução ao valor recuperável (impairment), individualmente ou no nível da UGC. A alocação é feita para a UGC ou grupo de UGCs que representa o menor nível dentro da entidade, no qual o ágio é monitorado para propósitos internos da Administração, e que se beneficiou da combinação de negócios. A Suzano registra neste subgrupo principalmente ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) e servidão de passagem. **3.2.12 Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), correntes e diferidos e incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro (ICPC 22/IFRIC 23):** Os tributos sobre o lucro compreendem o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, correntes e diferidos. Esses tributos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, são reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica de ajuste de avaliação patrimonial. As controladas sediadas no Brasil, tem seus tributos calculados e provisionados de acordo com a legislação vigente e seu regime tributário específico, incluindo, em alguns casos, o lucro presumido. As controladas sediadas no exterior, são sujeitas à tributação de acordo com as legislações fiscais de cada país. O encargo corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas nos países em que a Companhia e suas controladas e coligadas atuam e geram lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais. Os impostos e contribuições diferidos passivos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Os impostos e contribuições diferidos são determinados com base nas alíquotas vigentes na data do balanço e, que devem ser aplicadas quando forem realizados ou quando forem liquidados. Impostos e contribuições diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas e coligadas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pela Companhia e suas controladas, e desde que seja provável que a diferença temporária não seja revertida em um futuro previsível. Os impostos e contribuições diferidos ativos e passivos são compensados e apresentados pelo montante líquido no balanço sempre que relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. A parcela do ajuste do valor do investimento em controlada, direta ou indireta, domiciliada no exterior, equivalente aos lucros por ela auferidos antes do imposto sobre a renda, excetuando a variação cambial, é computada na determinação do lucro real e na base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido da pessoa jurídica controladora domiciliada no Brasil, ao fim de cada ano. **3.2.13 Provisões, ativos e passivos contingentes:** Os ativos contingentes não são registrados. O reconhecimento somente é realizado quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, quando os benefícios econômicos decorrentes de ações judiciais são praticamente certos e cujo valor seja possível ser mensurado com segurança. Os ativos contingentes avaliados como êxitos prováveis são divulgados em nota explicativa, quando material. Uma provisão passiva é reconhecida na medida em que a Companhia e suas controladas esperam desembolsar fluxos de caixa, que possa ser mensurada com segurança. Os processos tributários, cíveis, ambientais e trabalhistas são provisionados quando as perdas são avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança, sendo registrados líquidos dos depósitos judiciais, na rubrica de "provisões para passivos judiciais". Quando a expectativa de perda nestes processos é possível, uma descrição dos processos e montantes envolvidos é divulgada nas notas explicativas. Passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados nem divulgados. Os passivos contingentes de combinações de negócios são reconhecidos se forem decorrentes de uma obrigação presente que surgiu de eventos passados e se o seu valor justo puder ser mensurado com confiabilidade. São mensurados pelo maior valor entre: (i) o valor que seria reconhecido de acordo com a política contábil de provisões acima descrita; ou (ii) o valor inicialmente reconhecido, deduzido, quando for o caso, da receita reconhecida de acordo com a política de reconhecimento de receita de contrato com cliente. Os valores de principal e multas referentes aos processos tributários, cíveis, ambientais e trabalhistas são reconhecidos em outras receitas e despesas operacionais e os juros são reconhecidos no resultado financeiro líquido. A realização dos passivos judiciais e contingentes decorrentes das combinações de negócios, referente aos processos possíveis e remotos, são reconhecidos na rubrica de outros resultados operacionais, ou caixa a depender da decisão judicial. **3.2.14 Pagamento baseado em ações:** Os executivos e administradores da Suzano recebem parte de sua remuneração por meio de planos de pagamento baseado em ações com liquidação em dinheiro e em ações. As despesas com os planos são reconhecidas no resultado (despesas administrativas) durante o período de aquisição dos direitos, com base no valor justo apurado na data da outorga para planos com liquidação em ações, e reavaliado a cada data de balanço para planos com liquidação em dinheiro. As variações do valor justo dos planos com liquidação em dinheiro são registradas na rubrica de despesas administrativas, no resultado. A contrapartida é reconhecida no passivo não circulante para planos com liquidação em dinheiro e no patrimônio líquido para planos com liquidação em ações. **3.2.15 Benefícios a empregados:** A Companhia e suas controladas oferecem benefícios relativos a plano de aposentadoria suplementar de contribuição definida a todos os funcionários e assistência médica e seguro de vida para determinado grupo de ex-funcionários, sendo que para os dois últimos benefícios, anualmente, são elaborados estudos atuariais por profissional independente e são revisados pela Administração. O impacto correspondente é reconhecido no passivo não circulante. As mensurações, que compreendem os ganhos e perdas atuariais, são reconhecidas na rubrica de ajuste de avaliação patrimonial quando incorridos. Os juros incorridos, decorrentes das alterações no valor presente do passivo atuarial, são registrados na rubrica de despesas financeiras, na demonstração de resultado. **3.2.16 Subvenções e assistências governamentais:** As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas a valor justo quando há razoável segurança de que as condições estabelecidas foram cumpridas e o benefício será recebido. São registradas como redução de despesa no resultado de fruição do benefício e, posteriormente, são reclassificadas de lucros acumulados para reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido, quando aplicável. **3.2.17 Reconhecimento da receita:** As receitas de contratos com clientes são reconhecidas à medida em que ocorre a transferência do controle dos produtos aos clientes, representada pela capacidade de determinar o uso dos produtos e de obter substancialmente a totalidade dos benefícios restantes provenientes dos produtos. Para o segmento operacional de Celulose, o reconhecimento da receita ocorre quando da transferência do controle ao comprador que assume os benefícios remanescentes do ativo e baseia-se nos parâmetros previstos pelo (i) Termos Internacionais de Comércio ("Incoterms") correspondente, quando destinado ao mercado externo e (ii) tempo de trânsito ("lead time"), quando destinado ao mercado interno. Para os segmentos operacionais de Papel e Bens de Consumo, o reconhecimento da receita também ocorre na transferência do controle ao comprador, com base nos (i) Incoterms e (ii) no lead time, aplicáveis às operações realizadas tanto no mercado externo quanto no interno. São mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida dos impostos incidentes, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos e reconhecida em conformidade com o regime contábil de competência, quando o valor é mensurado com segurança. A experiência acumulada é usada para estimar e registrar as provisões para abatimentos e descontos por meio do método de valor estimado. A receita é reconhecida apenas na medida em que for altamente provável que não irá ocorrer uma reversão significativa. Uma provisão para reembolso (incluindo em contas a receber de clientes) é reconhecida para os abatimentos e descontos estimados a

pagar a clientes com relação a vendas realizadas até o fim do exercício. As vendas são realizadas no curto prazo, portanto, não têm caráter de financiamento e não são descontadas ao valor presente. **3.2.18 Participação dos funcionários e administradores no resultado:** Os funcionários têm direito a uma participação no resultado com base em determinadas metas acordadas anualmente. Já para os administradores são utilizadas como base as disposições legais e estatutárias, propostas pelo Conselho de Administração e aprovadas pelos acionistas. As provisões para participação são reconhecidas na rubrica de salários e encargos sociais em contrapartida a rubrica de despesa administrativa, durante o período em que as metas são atingidas. **3.2.19 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis materiais:** A Administração empregou julgamentos, estimativas e premissas contábeis para refletir condições e expectativas futuras. Tais premissas, baseadas em informações disponíveis e fatores econômicos relevantes, podem envolver incertezas capazes de gerar variações significativas nos valores registrados de ativos, passivos, receitas e despesas em exercícios subsequentes. A Companhia e suas controladas revisam continuamente as premissas utilizadas em suas estimativas contábeis e qualquer alteração, é reconhecida nas demonstrações financeiras no período em que tais revisões são efetuadas. Os principais temas sujeitos a essas estimativas são apresentados a seguir: **Valor justo de instrumentos financeiros (nota 4):** A mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros requer julgamentos significativos da Administração, especialmente para operações contratadas em mercados de balcão ou com baixa liquidez. Esses cálculos envolvem premissas sobre taxas de juros futuras, curvas de cupom cambial, volatilidade, preços de commodities e risco de crédito das contrapartes, utilizando modelos como fluxo de caixa descontado e Garman-Kohlhagen para opções. As estimativas consideram condições normais de mercado na data-base, sem liquidação forçada, e dependem de dados observáveis (taxas, curvas, volatilidades) e não observáveis (spreads e ajustes de risco), conforme hierarquia do CPC 46/IFRS 13. Alterações nessas premissas, como variações nas curvas de juros, câmbio ou preços de insumos, podem impactar significativamente os valores justos registrados, afetando ativos, passivos e o resultado do período. Os principais riscos decorrem da volatilidade dos mercados financeiros e da sensibilidade das premissas utilizadas na mensuração do valor justo. Mudanças abruptas nas taxas de câmbio, juros ou preços de commodities podem gerar ajustes relevantes nos instrumentos financeiros derivativos e não derivativos, influenciando o resultado e o patrimônio líquido. Além disso, fatores externos como crises econômicas, alterações regulatórias ou redução de liquidez podem afetar a confiabilidade das estimativas, aumentando a subjetividade dos cálculos. Por se tratar de instrumentos classificados majoritariamente no nível 2 da hierarquia de valor justo, há maior dependência de modelos internos e premissas não observáveis, o que eleva o grau de incerteza. A Suzano mitiga esses riscos por meio de políticas financeiras robustas, monitoramento diário das posições, testes de sensibilidade e revisões periódicas das premissas utilizadas. **Análise anual do valor recuperável de tributos:** A análise anual do valor recuperável de tributos é essencial para assegurar que os ativos fiscais diferidos e créditos tributários registrados pela Suzano reflitam adequadamente a expectativa de realização futura. Esses ativos dependem de projeções de resultados tributáveis, planos de compensação e interpretações da legislação fiscal, exigindo julgamentos significativos da Administração. A determinação da recuperabilidade envolve premissas sobre crescimento econômico, lucratividade futura, utilização de prejuízos fiscais e bases negativas do imposto de renda e da contribuição social, além da avaliação de riscos relacionados a posições fiscais incertas conforme ICPC 22/IFRIC 23. Como essas estimativas são sensíveis a mudanças no cenário econômico e regulatório, sua correta mensuração é crítica para a transparência e confiabilidade das demonstrações financeiras. Os principais riscos decorrem da incerteza quanto à geração de lucros tributáveis suficientes para realizar os créditos fiscais, bem como da possibilidade de alterações na legislação ou interpretações fiscais que impactem a utilização desses ativos. Mudanças nas projeções de resultados, revisões de planos estratégicos ou decisões desfavoráveis em processos tributários podem levar à necessidade de ajustes significativos nos saldos registrados. Além disso, por envolver julgamentos sobre cenários futuros e posições fiscais complexas, existe risco de volatilidade nos resultados e no patrimônio líquido caso as premissas não se concretizem. A Suzano mitiga esses riscos por meio de revisões periódicas, suporte de pareceres jurídicos e monitoramento contínuo das contingências tributárias. **Valor justo dos ativos biológicos:** A mensuração do valor justo dos ativos biológicos é fundamental para refletir adequadamente, nas demonstrações financeiras da Suzano, o valor econômico das florestas de eucalipto utilizadas como matéria-prima na produção de celulose. Esse processo envolve premissas significativas, como incremento médio anual das florestas (IMA), preço da madeira, custo de formação, custo de oportunidade da terra, taxa de desconto (WACC) e inflação, todas baseadas em projeções de longo prazo e condições específicas de cada região. Como essas variáveis são sensíveis a mudanças de mercado, clima e produtividade, os julgamentos e estimativas aplicados pela Administração têm impacto direto no valor contábil dos ativos e, consequentemente, no resultado da Suzano. Os principais riscos decorrem da incerteza inerente às premissas utilizadas no cálculo do valor justo. Variações nos preços da madeira, na taxa de crescimento das florestas (IMA), nos custos de formação ou na taxa de desconto podem gerar ajustes significativos nos ativos biológicos e afetar o resultado operacional. Além disso, fatores externos como mudanças regulatórias, eventos climáticos, pragas ou incêndios podem impactar a produtividade e os fluxos de caixa projetados, aumentando a volatilidade do valor justo. Por se tratar de um cálculo classificado como Nível 3 na hierarquia do CPC 46/IFRS 13, baseado em dados não observáveis, há maior grau de subjetividade e necessidade de controles robustos para garantir a confiabilidade das informações. **Análise anual do valor recuperável do ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill):** O ágio por expectativa de rentabilidade futura é submetido anualmente a teste de recuperabilidade ou sempre que houver indícios de perda. Para fins de teste, os ativos são alocados às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) às quais o ágio está associado. O valor recuperável é determinado com base no valor em uso, calculado a partir do fluxo de caixa descontado, considerando projeções financeiras aprovadas pela Administração para um horizonte de cinco anos, acrescidas de uma taxa de crescimento de longo prazo para períodos subsequentes. As premissas significativas utilizadas incluem a taxa de desconto (WACC), que reflete o custo médio ponderado de capital ajustado ao risco do negócio e às condições de mercado; a taxa de crescimento na perpetuidade, baseada em expectativas de crescimento sustentável do setor; as margens operacionais, estimadas conforme histórico e perspectivas de mercado; e as projeções de receita, fundamentadas em premissas macroeconômicas, dinâmica competitiva e planos estratégicos. Essas premissas envolvem julgamentos significativos e estão sujeitas a incertezas, especialmente relacionadas à taxa de desconto, cujas variações podem impactar substancialmente o valor recuperável; à taxa de crescimento, cujas alterações podem reduzir a margem de segurança do teste; e ao desempenho operacional, que pode ser afetado por mudanças no cenário econômico ou competitivo, impactando projeções de receita e margem. Caso as premissas não se confirmem, poderá ocorrer necessidade de reconhecimento de perda por impairment em períodos futuros. **Provisão para passivos judiciais:** A Companhia e suas controladas é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível, ambiental e trabalhista. A provisão para passivos judiciais é reconhecida quando existe uma obrigação presente resultante de eventos passados e quando a Administração, com base na opinião de assessores jurídicos, considera provável a saída de recursos para a liquidação da obrigação e é possível estimar com confiabilidade o valor envolvido. O valor provisionado é calculado considerando a probabilidade de perda, classificada como provável, possível ou remota conforme avaliação jurídica; a estimativa de desembolso, baseada em histórico de decisões, jurisprudência aplicável e estágio processual; e a atualização monetária e encargos, aplicados conforme a legislação vigente. As premissas significativas incluem a interpretação jurídica, pois mudanças na jurisprudência ou decisões de tribunais superiores podem alterar significativamente a probabilidade de perda; a estimativa de valores, que pode variar em decorrência de novos cálculos, perícias ou atualização de bases legais; e o cenário regulatório, já que alterações legislativas podem impactar a obrigação ou o montante estimado. As provisões envolvem julgamentos relevantes e estão sujeitas a incertezas, especialmente em processos de longa duração ou com matérias complexas. Caso ocorram mudanças nas premissas ou no entendimento jurídico, poderá haver reconhecimento adicional de provisão ou reversão em períodos futuros. **3.3 Políticas contábeis ainda não adotadas:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não adotadas até 31 de dezembro de 2025, estão descritas a seguir. A Companhia e suas controladas pretendem adotar essas novas normas, alterações e interpretações, se aplicável, quando entrarem em vigor e não espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, exceto pela IFRS 18, conforme divulgado abaixo. **3.3.1 Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros (aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026):** Em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu emendas direcionadas ao IFRS 9 e IFRS 7 para responder a questões recentes que surgem na prática e para incluir novos requisitos não apenas para instituições financeiras, mas também para entidades corporativas. Essas emendas: • esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de dinheiro; • esclarecem e adicionam mais orientações para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de pagamentos exclusivos de principal e juros;

• adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ambientais, sociais e de governança); e • atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes. **3.3.2 IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras (aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2027):** Em abril de 2024, o IASB emitiu a IFRS 18 - Presentation and Disclosure in Financial Statements, que substituirá a IAS 1 - Presentation of Financial Statements, introduzindo novos requisitos com o objetivo de aumentar a comparabilidade do desempenho financeiro entre entidades e fornecer informações mais relevantes e transparentes aos usuários das demonstrações financeiras. Embora a IFRS 18 não altere o reconhecimento ou a mensuração dos itens, esperam-se impactos relevantes na apresentação e na divulgação das demonstrações financeiras, especialmente no que se refere à estrutura da demonstração do resultado, à divulgação de medidas de desempenho definidas pela Administração, aos princípios de agregação e desagregação das informações e a determinados aspectos da demonstração dos fluxos de caixa. A Companhia e suas controladas estão atualmente avaliando os impactos decorrentes da adoção da IFRS 18 em suas demonstrações financeiras consolidadas. Com base em uma avaliação preliminar, destacam-se, entre outros, os seguintes possíveis efeitos: alterações na forma de apresentação do resultado decorrentes da nova classificação de receitas e despesas em categorias padronizadas e da introdução de novos subtotais; possíveis ajustes na apresentação das principais demonstrações financeiras, com reagrupamento ou maior detalhamento de determinadas linhas, conforme os novos princípios de agregação e desagregação; novas exigências de divulgação relacionadas às medidas de desempenho definidas pela Administração; e ajustes na apresentação da demonstração dos fluxos de caixa, conforme os novos requerimentos da norma. A IFRS 18 tem vigência para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, de modo que as informações comparativas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2026 serão representadas quando da adoção inicial da norma. **3.3.3 IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações (aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2027):** Emitido em maio de 2024, o IFRS 19 permite que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam de acordo com as normas contábeis IFRS apliquem requisitos de divulgação reduzidos. **3.3.4 Alterações ao IAS 21 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis (aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2027):** Em 13 de novembro de 2025, o IASB emitiu emendas direcionadas ao IAS 21 para especificar os procedimentos a serem utilizados na tradução de valores de uma moeda funcional de economia não hiperinflacionária para uma moeda de apresentação de economia hiperinflacionária. **3.3.5 Melhorias Anuais às normas contábeis IFRS - Volume 11:** Consistem em alterações que visam esclarecer redações de algumas normas (IFRS 1, IFRS 7, IFRS 9, IFRS 10 e IAS 7) ou corrigir omissões, conflitos ou consequências não intencionais entre essas normas.

4. Investimentos: Posição e movimentação dos investimentos em controladas:

	Suzano Premesa		Total
	S.A.	S.A.	
	(1)	(2)	
Participação no capital em			
a) 31 de dezembro de 2025			
Quantidade de ações possuídas			
Ações ordinárias	367.612.329	21.572	
Capital votante/total (2)	29,74%	98,65%	
Informações das controladas em			
b) 31 de dezembro de 2025			
Ativo	167.935.519	7.469	
Passivo	123.983.346	4.503	
Patrimônio líquido	43.952.173	2.966	
Capital social	24.235.546	2.232	
Resultado do exercício	13.408.189	(128)	
c) Investimentos			
Saldos em 31 de dezembro de 2023	12.742.536	9.297	12.751.833
Equivalência patrimonial	(2.039.673)	2.088	(2.037.585)
Juros sobre o capital próprio	(741.608)		(741.608)
Participação no ajuste de avaliação patrimonial (3)	(32.928)	250	(32.678)
Perda apurada na recompra de ações pela controlada (4)	(351.427)		(351.427)
Dividendos complementares de 2023		(4.143)	(4.143)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	9.576.900	7.492	9.584.392
Equivalência patrimonial	3.989.768	(127)	3.989.641
Dividendos a receber	(412.145)		(412.145)
Redução de Capital de controlada		(4.439)	(4.439)
Participação no ajuste de avaliação patrimonial (3)	(102.130)		(102.130)
Perda apurada na recompra de ações pela controlada (4)	(20.811)		(20.811)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	13.031.582	2.926	13.034.508

(1) Última cotação em bolsa por ação ordinária - R\$ 51,45 em 30 de dezembro de 2025, o valor de mercado desse investimento naquela data era de R\$ 18.913.654; (2) Em 28 de setembro de 2017, com o objetivo de consolidar o controle da Suzano, David Feffer, Daniel Feffer, Jorge Feffer, Ruben Feffer e Suzano Holding S.A. celebraram Acordo de Voto para regular, dentre outras avenças, o exercício do direito de voto relacionado às ações de emissão da Suzano de sua titularidade e vinculadas ao referido Acordo de Voto. Em 16 de janeiro de 2019, o acionista Alden Fundo de Investimento em Ações aderiu ao referido Acordo, por meio do Termo de Adesão, com o objetivo de consolidar a participação detida pelo Alden ao controle da Suzano; e (ii) regular determinados direitos e obrigações dos acionistas. A contraprestação paga para a aquisição do controle da Fibria se deu parte em dinheiro e parte em ações da Suzano. Com a emissão de novas ações da Suzano em favor dos então acionistas da Fibria, houve diluição da participação da Companhia na Suzano, fazendo com que ela caísse para abaixo de 50%, mesmo considerando o Acordo de Voto descrito no parágrafo acima. Essa situação requer que a administração avalie se o controle é mantido, especialmente quando perdendo a condição de acionista majoritário. A administração avaliou os fatos e circunstâncias mais relevantes, quantitativa e qualitativamente, incluindo a dispersão acionária, e concluiu, apoiada em opinião de assessores externos, pela existência do de facto control i.e. a Companhia tem a habilidade prática de controlar a Suzano. Por consequência, concluiu pela manutenção da consolidação da Suzano, mesmo após a conclusão da aquisição da Fibria. (3) Participação no ajuste de avaliação patrimonial, decorrente de alterações de participação acionária, ganho atuarial e variação cambial reconhecida pela controlada; (4) Através de programas de recompra de ações, a Suzano recomrou em 2025 3.333.040 ações ordinárias no mercado, essas recompras provocaram um aumento no percentual de participação da Companhia na Suzano de 0,080% e uma perda de R\$ 20.811 registrada no investimento contra Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido. **5. Patrimônio líquido: 5.1 Capital social:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Companhia era de R\$7.785.522, integralmente realizado e dividido em 1.102.836.987 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 478.527.277 ações ordinárias e 437.320.473 ações preferenciais classe A e 186.989.237 preferenciais classe B, detidas basicamente por pessoas físicas residentes no país (em 31 de dezembro de 2024 o capital era de R\$5.778.670, dividido em 691.709.212 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 300.136.584 ações ordinárias e 274.291.308 ações preferenciais classe A e 117.281.320 preferenciais classe B). A Assembleia Geral Extraordinária de 19 de dezembro de 2025 aprovou o aumento de capital social da Companhia, no valor de R\$2.009.852. **5.2 Dividendos e cálculo de reservas:** O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009. Aos detentores das ações preferenciais é assegurado um dividendo de 10% superior ao das ações ordinárias. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não foram distribuídos dividendos, em decorrência do prejuízo apurado no exercício. Em 23 de dezembro de 2024, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a deliberação sobre o pagamento de juros sobre capital próprio pela Companhia, no valor bruto total de R\$657.327. A Diretoria da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intercalares no montante de R\$438.471, sendo R\$28.000 em 11 de dezembro de 2025 e R\$410.471 em 16 de dezembro de 2025, e foram imputados ao dividendo mínimo obrigatório. Em 19 de dezembro de 2025, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos no montante total de R\$ 1.340.824, com base na Reserva de Lucros a Realizar. Os dividendos serão pagos em três parcelas anuais, em dezembro de 2026, 2027 e 2028. Esses dividendos são isentos de Imposto de Renda, conforme legislação vigente na presente data. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, com base nos critérios estabelecidos pelo estatuto social, apurou-se dividendos mínimos obrigatórios, bem como, as reservas, conforme apresentado a seguir:

continua -★

SUZANO HOLDING S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 60.651.809/0001-05

SUZANO

Holding

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

	31/12/2025	31/12/2024
Resultado do exercício	3.989.587	3.989.587
Constituição de reserva legal - 5%	199.480	199.480
Constituição de reserva de incentivos fiscais reflexa	63.818	63.818
Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	3.726.289	3.726.289
Dividendos mínimos obrigatórios propostos - 25%	931.573	931.573
Dividendos antecipados	438.471	438.471
Reserva de lucros a realizar (1)	493.102	493.102
Resultado remanescente	2.794.716	2.794.716
Reserva para aumento de capital - 90%	2.515.244	2.515.244
Reserva estatutária especial - 10%	279.472	279.472
(1) A Companhia constitui a reserva de lucros a realizar, correspondente ao lucro não realizado financeiramente, proveniente do recebimento dos dividendos da Suzano, que distribui pelo critério de 10% da geração de caixa operacional consolidado no exercício e não pelo critério de 25% do lucro do exercício ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, conforme estabelecido no seu estatuto social dos dois critérios o menor.		
5.3 Reservas: 5.3.1 Reservas de capital: A reserva de capital é composta pelos ganhos de variação de participação em controlada. 5.3.2 Reservas de lucros: São constituídas pela apropriação de lucros da Companhia, após a destinação para pagamentos dos dividendos mínimos obrigatórios e após a destinação para as diversas reservas de lucros, conforme apresentado a seguir: (i) Legal: constituída na base de 5% do lucro líquido do exercício nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76 e limitado a 20% do capital social. A utilização desta reserva está restrita à compensação de prejuízos e ao aumento de capital social e visa assegurar a integridade do capital social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o saldo dessa reserva é de R\$199.480 e em 31 de dezembro de 2024 era de R\$483.458. (ii) Para aumento de capital: constituída na base de até 90% do saldo remanescente do lucro líquido do exercício e limitado a 80% do capital social, nos termos do Estatuto Social da Companhia, após a destinação à reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios. A constituição desta reserva visa assegurar à Companhia		
adequadas condições operacionais. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o saldo desta reserva é de R\$2.550.397 e em 31 de dezembro de 2024 era de R\$919.992. (iii) Estatutária especial: constituída na base de 10% do saldo remanescente do lucro líquido do exercício e objetiva garantir a continuidade da distribuição de dividendos, até atingir o limite de 20% do capital social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o saldo dessa reserva é de R\$283.378 e em 31 de dezembro de 2024 era de R\$606.404. (iv) Incentivos fiscais reflexa: são as subvenções governamentais concedidas à Suzano, na forma de incentivos fiscais, reconhecidas de maneira reflexa pela Companhia na proporção de sua participação no Capital Social da controlada. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o saldo dessa reserva é de R\$433.418 e em 31 de dezembro de 2024 era de R\$369.600. (v) Reserva de lucros a realizar: constituída nos termos do artigo 197 da Lei nº 6.404/76, correspondente ao lucro não realizado financeiramente, e que quando realizados, e que não tiverem sido absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, sejam acrescidos ao primeiro dividendo declarado após a realização. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o saldo dessa reserva é de R\$493.102 e em 31 de dezembro de 2024 era de R\$ 1.340.824. O saldo acumulado de reserva de lucros não superou os limites estabelecidos no estatuto da Companhia. 5.4 Ajuste de avaliação patrimonial: A Companhia registrou nesta rubrica do balanço as contrapartidas dos ajustes do custo atribuído quando da adoção das IFRS em 1º de janeiro de 2009 na Suzano. A movimentação desta rubrica ocorre pela realização dos itens do imobilizado, bem como, demais contrapartidas decorrentes da aplicação das IFRS. Adicionalmente, nesta rubrica são registradas as variações cambiais de controladas no exterior, o ganho (perda) com a atualização dos passivos atuariais e o resultado com a conversão das debêntures da 5ª emissão em ações com Partes Relacionadas, líquidos do imposto de renda e contribuições sociais diferidos da Suzano, e pelos ganhos e perdas de variação de participação decorrente de recompra de ações da controlada Suzano. 6. Evento subsequente: 6.1 Contratação de linha de crédito: Em 5 de fevereiro de 2026, a Suzano concluiu a contratação de uma nova linha de crédito rotativo (Revolving Credit Facility) através de sua subsidiária Suzano International Finance B.V., substituindo a linha de crédito rotativo vigente desde fevereiro de 2022, aumentando o total disponível em linhas de crédito rotativo de US\$1.275.000 para US\$1.775.000 (equivalentes a R\$9.766.760). A contratação da nova linha tem por objetivo ampliar a já robusta posição de liquidez, proporcionando maior flexibilidade do caixa ao longo dos próximos anos. O valor contratado de US\$1.775.000 tem prazo de disponibilidade até fevereiro de 2031. O custo de manutenção (<i>commitment fee</i>), caso a linha não seja desembolsada, será de 0,27% a.a., e caso a linha seja desembolsada, será de SOFR+ 0,90% a.a. 6.2 Programa de recompra de ações: Em 10 de fevereiro de 2026, o Conselho de Administração da Suzano aprovou o novo programa de recompra de ações, no qual, poderá adquirir até o máximo de 40.000.000 (quarenta milhões) ações ordinárias de sua própria emissão com prazo máximo para realização de 18 meses. As operações serão realizadas na B3, a preços de mercado, à conveniência da Suzano, tendo em vista o valor de cotação de suas ações, podendo as ações adquiridas serem mantidas em tesouraria, canceladas e/ou alienadas posteriormente. 6.3 Emissão de cédula de produto rural com liquidação financeira ("CPR-Fs"): Em 05 de março de 2026 o Conselho de Administração da Suzano aprovou a realização da 2ª emissão de 2.500.000 de cédula de produto rural com liquidação financeira ("CPR-F"), escriturais, em até duas séries da Suzano, com valor nominal unitário de R\$1, totalizando R\$2.500.000. Serão emitidas no máximo na primeira série 1.500.000 de CPR-Fs equivalentes a R\$1.500.000 e no mínimo na segunda série 1.000.000 de CPR-Fs equivalente R\$1.000.000. 6.4 Emissão de debêntures: Em 05 de março de 2026 o Conselho de Administração da Suzano aprovou a realização da 12ª emissão de 179.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfaria, em série única da Suzano, com valor nominal unitário de R\$1, totalizando R\$179.000. 6.5 Venda da participação na controlada Premesa S.A.: Em 09 de março de 2026 a Companhia alienou a participação total da sua controlada Premesa S.A., representada por 21.572 ações ordinárias para IPLF Holding S.A., pelo valor de R\$2.926 a ser pago até 31 de dezembro de 2026.		

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Claudio Sonder Presidente	Antonio de Souza Corrêa Meyer Vice-Presidente e membro independente
Marcos Sampaio de Almeida Prado Membro independente	Geraldo José Carbone Membro
	Alan Terpins Membro independente

DIRETORIA

David Feffer Diretor Presidente	Maria Cecilia Castro Neves Ipiã Diretora e Diretora de Relações com Investidores
Gabriela Feffer Moll Diretora	

CONTADOR - Rinaldo Ciucci - CRC 1SP-147256/O-0

EXTRATO DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE O RELATÓRIO DE AUDITORIA

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e o relatório do auditor independente sobre estas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente nos endereços: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/> e <https://www.rad.cvm.gov.br/ENET/fmConsultaExternaCVM.aspx?tipoconsulta=CVM&codigoCVM=9067>. O referido relatório do auditor independente sobre estas demonstrações financeiras foi emitido em 18 de março de 2026, sem modificações.

TRANSPARÊNCIA É POSICIONAMENTO

DEMONSTRE SEUS RESULTADOS ONDE
INVESTIDORES E DECISORES BUSCAM REFERÊNCIA.



Líder em conteúdo de
economia & negócios.

A força do Estadão
+56 MM
Impactos/mês



+27,5 MM

De usuários únicos



Líderes e formadores
de opinião leem o
Estadão diariamente.

Fontes: Google Analytics dez/25 - Mídias Sociais - Seguidores e Inscritos. Estadão WhatsApp, Facebook, TikTok, LinkedIn, Instagram, YouTube, Threads e X (Twitter) em 15/12/25 - Jornal: versões impresso e digital (pdf), Brasil e exterior (BDO - set/25).



ESTADÃO RI Publicação simultânea na plataforma
de relações com investidores.

CONSULTE NOSSA EQUIPE COMERCIAL: (11) 3856-2442

ESTADÃO

ESTADÃO RI

a rádio das melhores ouvintes
ELDORADOFM 107.3

ESTADÃO
BLUE STUDIO

AGÊNCIA
ESTADÃO

broadcast